



A FENOMENOLOGIA DE ALFRED SCHUTZ: UMA CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA

Polianne Merie Espindola*

Resumo – Este artigo reflete sobre a maneira como a fenomenologia contribui para a reflexão da construção do cotidiano e como a mídia, de massa e pós-massiva, e o sujeito se inserem nesse contexto. Para tanto, abordaremos a geração de conhecimento sob a perspectiva de autores pré-fenomenológicos, fenomenológicos e inspirados de alguma forma pela fenomenologia. Utilizaremos autores das áreas de sociologia, comunicação, antropologia, psicologia e áreas afins para aporte teórico.

Palavras-chave: fenomenologia, conhecimento, Alfred Schutz, mundo da vida, comunicação.

INTRODUÇÃO

A geração de conhecimento é algo importante e necessária de ser estudada quanto à formação da realidade social e como essa realidade é retratada pelas mídias. Dessa forma, autores da fenomenologia e áreas afins nos trarão aporte para, *a posteriori*, nos utilizarmos de seus conceitos para agregar às temáticas de veículos de comunicação e suas associações com notícias ligadas ao terrorismo.

Utilizamos neste artigo a geração do conhecimento e a tipificação como um fator constituinte e constituído de construção da realidade e da forma como o indivíduo identifica tal concepção na mídia.

O primeiro autor utilizado como aporte teórico é John Locke (1632-1704), que versa sobre o fato de o conhecimento ser algo racional e acabado. Ideólogo do liberalismo e um dos principais representantes do empirismo britânico, Locke rejeitava a doutrina das ideias congênitas, inatas, e afirmava que essas tinham origem no que era percebido pelos sentidos. Em sua obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, Locke (1999) desenvolve sua teoria sobre a origem e a natureza de nossos conhecimentos apoiado nas obras de Descartes.

* Doutoranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e pesquisadora de temáticas ligadas à comunicação, com ênfase em outras áreas, como a sociologia, a antropologia e a filosofia.

Locke foi o precursor da aplicação do método experimental aos fenômenos mentais. Teve intensa influência sobre Kant e sobre a fenomenologia. Desenvolveu sobre a temática da causalidade – relação entre um evento (a causa) e um segundo evento (o efeito), e o segundo é uma consequência do primeiro. Para o autor, quando um evento provoca outro, a maioria das pessoas pensa consciente ou inconscientemente em uma conexão entre ambos os eventos.

David Hume (1711-1776), autor influenciado diretamente por Locke, traz como perspectiva de pesquisa o fato de que os indivíduos possuem uma crença na causalidade. Para Hume (1985), isso deriva do desenvolvimento de hábitos na nossa mente.

Em seguida, chegamos literalmente à fenomenologia com Alfred Schutz (1899-1959), que, apesar de apresentar outra perspectiva e orientação, não foge ao exposto pelos autores anteriormente citados e até oferece certa continuidade a eles. O autor é filósofo e sociólogo da fenomenologia, e dedicou sua obra à metodologia das ciências sociais e às filosofias de Edmund Husserl (fundador da fenomenologia) e Max Weber.

Neste artigo, também trataremos de Gustave Le Bon (1841-1931), psicólogo social, sociólogo e físico francês, conhecido por sua contribuição às ideologias racistas. Na sua obra *As opiniões e as crenças*, Le Bon (2002) elucubra sobre a problemática relação entre crença e conhecimento, e suas diferenciações. Em uma das subdivisões do livro citado, o autor elabora sobre o terreno psicológico das opiniões e das crenças, onde o prazer e a dor seriam as motivações básicas das opiniões, e o hábito seria o regulador social de ambos.

Le Bon (2002) versa sobre como as diversas formas de lógica regem as opiniões e as crenças individuais e coletivas. Na obra já citada, o autor finaliza explicitando de que forma a crença é uma necessidade da vida mental e as intolerâncias geradas por essa crença, além de sua independência, certezas, influências, transformação e paroxismos.

Finalizando o artigo, autores de diversas áreas são mencionados, viabilizando concluir a discussão sobre essa temática. Entre eles, Alexander Romanovich Luria (1902-1977), neuropsicólogo soviético, especialista em psicologia do desenvolvimento e cujas teorias foram marcadamente influenciadas por Sigmund Freud.

JOHN LOCKE E A INFLUÊNCIA NO A PRIORI DA FENOMENOLOGIA

Tais considerações obtidas a seguir são apreensões da leitura da obra *Ensaio acerca do entendimento humano* (LOCKE, 1999). Faz-se importante dissertar sobre as ideias de Locke, pois a construção da realidade explicitada via mídias massivas ou pós-massivas só se faz reflexiva com o entendimento de como acontece o processo de conhecimento nos indivíduos para, *a posteriori*, partirmos para qualquer objeto analisável no âmbito da mídia. Para Locke (1999), o pensamento não é meramente passivo; a memória da mente é frequentemente ativa, posto que, inicialmente, todas as nossas ideias, de diferentes naturezas, são hipóteses

de algo a que elas pertencem, e no que nelas subsistem. Ainda que não tenhamos nenhuma ideia clara ou distinta, nada mais é do que o enquadramento ou estereótipo.

Após deter uma experiência, para que essa seja convertida, ou melhor, evolua até o conceito de conhecimento¹, é imprescindível que consideremos tal experiência e revivamos em nossa mente as impressões acerca de tal experimentação. Tal ato é denominado memória, que para Locke é o armazém de ideias. Tendemos, por cognição, a prestar mais atenção naquilo que é mais semelhante com os nossos pensamentos, caso contrário é gerado o estereótipo que enquadra a realidade.

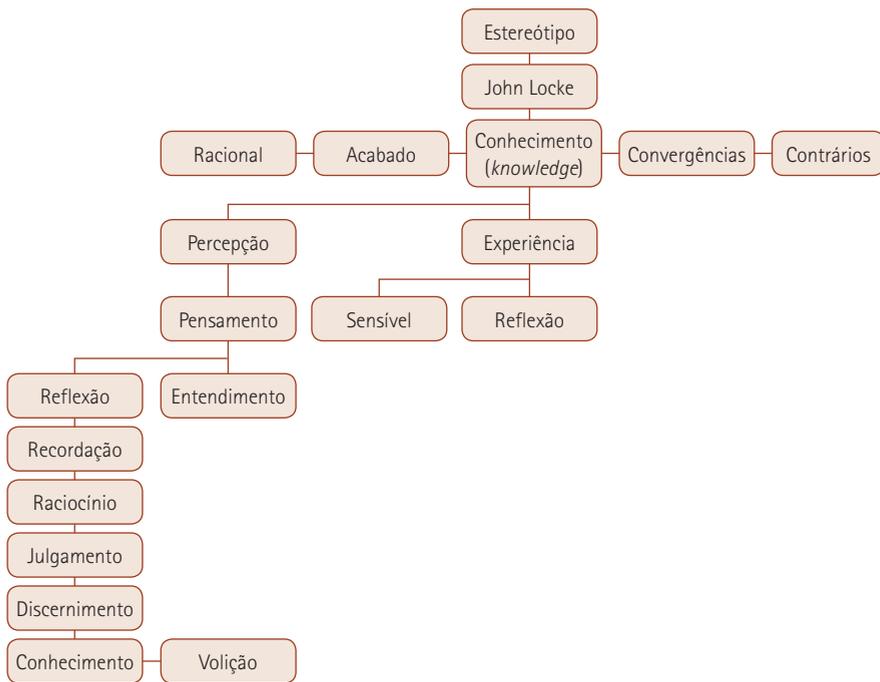


Figura 1 Mapa mental: antes de Husserl ou Schutz, contribuições à fenomenologia I.

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme o mapa mental de conceitos gerados mediante a óptica do autor John Locke, a leitura que podemos fazer é de que, para Locke, o conhecimento é obtido por meio do estereótipo, do enquadramento que podemos obter da realidade mediante o discernimento de cada um. Para o autor, conhecimento é igual a *knowledge*, ou seja, é algo racionalizado e finalizado em sua própria reflexão de convergências e contrários de ideias.

1 - O conhecimento, para o autor, não é absoluto, consiste numa investigação de várias épocas, está sempre entre as convergências e os contrários.

Para Locke, o conhecimento é obtido mediante a percepção e a experiência (sensível e reflexiva – ou seja, que foi experienciada pelo indivíduo). Essa percepção é algo que está implícito ao pensamento e esse pensamento advém da reflexão – onde só se faz possível por intermédio da recordação de um fato, de um raciocínio lógico, de um julgamento acerca de um objeto, do discernimento e do conhecimento prévio (só possível por meio da volição – ou seja, vontade, predisposição, intencionalidade – do indivíduo acerca desse fato e o entendimento de cada indivíduo).

DAVID HUME: COLABORAÇÃO À FENOMENOLOGIA

David Hume (1985), que foi influenciado por John Locke, em 1748 elaborou a obra *Investigação sobre o entendimento humano*, que trata sobre o conhecimento. A diferença entre a obra de Hume e Locke é que, enquanto Locke apoiava-se no racionalismo, em que o conhecimento é refletido a partir da razão, Hume não acredita que o conhecimento² pode ser gerado sem paixão.

A sensibilidade em Hume é aceita como um fator que propicia o conhecimento. As inferências (deduções e induções), medidores cognitivos da experiência, são originadas nos sentidos. O conhecimento é um processo em construção, não dissociado da herança genética e cultural do ser humano, apreendido também pelo instinto – *habitus*³.

O nosso pensamento, motriz de conhecimento, possui liberdade incondicional. É livre para ter ideias e perceber⁴. Sendo confinado, entretanto, a limites fornecidos pelos sentidos – sensibilidades externas e/ou internas que compõem a mente e pela experiência. A ausência de um deles distorce ou impossibilita a geração de impressões – que podemos traduzir como: falta de ideias gera impressões estereotipadas.

É apropriado pensar, então, que existem conexões entre os diversos pensamentos e ideias da mente e que surgem à memória com certo método e regularidade, incluindo aí a cultura. O fato de indivíduos pertencerem a um ambiente diverso pode determinar o perfil diferenciado de conexões de ideias e pensamentos acerca de um determinado objeto ou situação.

Além das ideias que a mente tem das coisas como elas são em si mesmas, existem outras que ela adquire ao confrontar uma com outra. Por sua vez, quando formamos quaisquer

2 - Para Hume (1985), o entendimento/conhecimento é algo em constante construção (*understanding*). Já em Locke (1999), o conhecimento é fechado e encerrado por si só (*knowledge*).

3 - *Habitus* está no sentido de costume, hábito. Veremos com mais profundidade tal conceito na fenomenologia de Alfred Schutz (1979).

4 - Percepcionar é um termo utilizado pelo neuropsicólogo Alexander Romanovich Luria para designar as sensações integralizadas entre todos os nossos sentidos. É por meio da percepção que o indivíduo organiza e interpreta suas impressões para atribuir significado ao seu meio. É a aquisição, interpretação, seleção e organização das informações obtidas pelos sentidos (LURIA, 1979b).

proposições com nossos próprios pensamentos, podemos formar em nossas mentes as próprias ideias sem refletir, gerando tipificações⁵. "Admite-se que o máximo esforço da razão humana é reduzir os princípios [...] a uma maior simplicidade, e resolver os muitos efeitos particulares numas quantas causas gerais, mediante raciocínios de analogia, experiência e observação" (HUME, 1985, p. 35).

O enquadramento, seja ele particular de cada indivíduo ou aquele gerado pela mídia, por exemplo, nada mais é do que a tessitura de analogias; a familiarização com dada realidade, de maneira factual e real ou distorcida.

Hume sinaliza como "mote libertador" do enquadramento o poder e a vontade inerentes aos indivíduos para alterar as ideias, visto que o conhecimento está sempre em construção. Nossas experiências vão acontecendo e modificando/transformando nossas concepções.

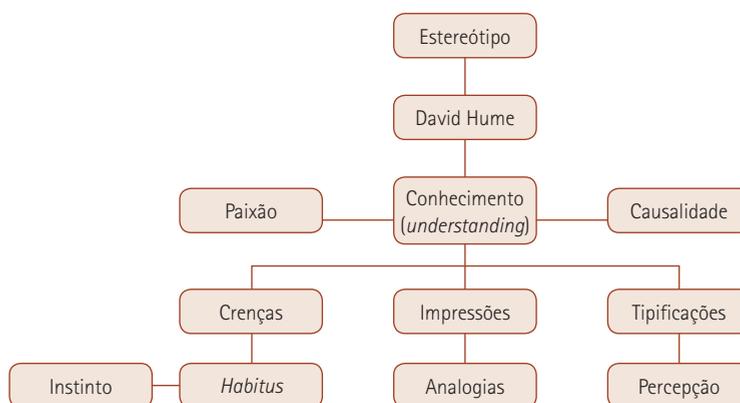


Figura 2 Mapa mental: antes de Husserl ou Schutz, contribuições à fenomenologia II.

Fonte: Elaborada pela autora.

Como leitura do mapa mental proposto por nós, podemos indicar que o estereótipo ou enquadramento que o indivíduo faz da realidade, e, conseqüentemente, que a mídia faz da realidade em seus noticiários, é gerado pelo conhecimento. Esse conhecimento, conforme Hume (1985), é construído por meio da paixão, da pulsão do indivíduo por entender determinado objeto, e pela lógica da causalidade – em que um evento causa outro no imaginário do sujeito.

Para tanto, o conhecimento de algo só se faz possível por meio das crenças, das impressões (feitas por analogia) e das tipificações (percepcionadas) que fazemos da realidade. E essas crenças são proporcionadas pelo instinto e pelo *habitus* cultural do indivíduo.

5 - Tipificação é o termo utilizado pelo autor David Hume (1985) para denominar generalização.

A FENOMENOLOGIA DE ALFRED SCHUTZ

Sendo objetivo da fenomenologia de Schutz estudar os fatos conforme experimentados na consciência, mediante ações cognitivas e perceptivas, tentando assim perceber como as pessoas estabelecem seus significados, faz-se importante citar a obra de Alfred Schutz (1979) para entender o processo pelo qual o indivíduo apreende o conhecimento e gera enquadramentos e estereótipos da realidade, que se faz relevante para observar como esse indivíduo apreende as notícias transmitidas pela mídia.

Para Schutz (1979), o modo de orientação do indivíduo é estimulado por proposições dadas por outros, antecessores a ele, seria o *habitus*⁶, a hereditariedade cultural. A natureza e as coisas existem antes mesmo de nós, os hábitos já estão aí sendo repassados de gerações a gerações e vão continuar existindo mesmo depois que deixemos de viver. De acordo com a hierarquização de valores culturais, os grupos sociais estabelecem seus domínios de relevância para tipificar o mundo. Além disso, há também outra questão importante apontada pelo autor na construção do conhecimento⁷:

Nem tudo o que está presente numa situação é importante para as pessoas nela envolvidas. Na verdade, alguns dos fatores de uma situação impõem-se aos atores, constituindo assim "relevâncias impostas". Outros são isolados pelo indivíduo, que os considera importantes para ele, no momento; esses assumem uma "relevância volitiva"⁸ (SCHUTZ, 1979, p. 22).

Schutz analisa três tipos de relevância quanto à importância das experiências. A relevância motivacional é conduzida pelos interesses da pessoa, as importâncias dominantes num dado período, numa dada situação. Essa relevância motivacional é conferida quando o indivíduo tem de atentar para certos elementos da ocasião de modo a compreendê-los, ou surgem espontaneamente da sua vida volitiva (da vontade, do dia a dia). O indivíduo se sente livre para decidir o fato conforme sua volição e intenção. A relevância motivacional tem como premissa elementos conhecidos, caso contrário há uma problematização para definir o cenário, conforme os interesses do indivíduo. O terceiro e último tipo de relevância é o interpretacional, acontece em decorrência do segundo, a relevância motivacional. Ou seja, interpreta a relevância anteriormente explicitada.

6 - Disposições interiorizadas pelos indivíduos, adquiridas, que tentam reproduzi-las consciente ou inconscientemente. E adaptam essas disposições nos contextos em que estão inseridos (SCHUTZ, 1979).

7 - Para o autor, heterogêneo, parcial e contraditório; serve como interpretador de vivências retidas na memória - para Schutz (1979) memória significa: lembrança, retenção e reconhecimento de algo.

8 - Para o autor, "relevância volitiva" é a importância que o indivíduo confere a algum fato ou pessoa. Volição é igual a vontade (SCHUTZ, 1979).

Qualquer pessoa nascida ou criada dentro do grupo aceita o esquema ready-made⁹ estandardizado do padrão cultural que lhe é transmitido [...] como um guia não-questionado e inquestionável para todas as situações que normalmente ocorrem dentro do mundo social. O conhecimento associado ao padrão cultural traz sua evidência em si próprio – ou, em vez disso, é tido como pressuposto, na falta de evidência do contrário. É um conhecimento de receitas certas para interpretar o mundo social e para lidar com pessoas e coisas de forma a obter, em cada situação, os melhores resultados possíveis com o mínimo esforço, evitando consequências indesejáveis. A receita funciona, de um lado, como preceito para as ações e, assim, serve como um código de expressão: quem quiser obter certo resultado tem de proceder conforme indicado pela receita dada para tal propósito. De outro lado, a receita serve como um código de interpretação: supõe-se que quem procede de acordo com as indicações de uma determinada receita pretende obter o resultado correspondente. Assim, é função do padrão cultural ready-made para o uso, substituindo a verdade, difícil de alcançar, por truísmos confortáveis, e substituindo o questionável por aquilo que se auto-explica (SCHUTZ, 1979, p. 81).

A realidade está sempre em construção e é sempre um movimento de adaptação para os indivíduos realizarem uma leitura dos fatos ocorridos no mundo da vida. Porém, os estrangeiros (leia-se: todos vindos de fora de uma dada comunidade) sentem um choque quanto à forma de pensar, que é inadequada fora do seu agrupamento: "o comportamento dos outros pode ser tipificado de acordo com padrões de normalidade¹⁰, os quais, todavia, devem ser baseados em contextos funcionais de outras subjetividades" (CORREIA, 2005, p. 5).

A questão da intersubjetividade em Schutz diz respeito, pelo menos, a três níveis de análise: o primeiro concerne às estratificações fundamentais do mundo da vida; o segundo, ao ponto de vista relativamente natural de um grupo, e o terceiro, ao conhecimento dos motivos concretos da ação de outrem, que se relaciona com uma teoria da ação social. A primeira diz respeito às estruturas espaciais, temporais e sociais básicas da nossa experiência na vida cotidiana nos termos dos quais o mundo adquire a sua estrutura significativa, isto é, passa a fazer sentido para mim. [...] O segundo nível de análise da intersubjetividade diz respeito à visão relativamente natural do grupo, ou seja, à sua experiência sedimentada do mundo tida por adquirida e comumente partilhada, com base na qual cada sujeito organiza a sua experiência como membro do grupo. Ou seja, passa pela definição da posição de outro no interior do grupo social e pela análise do modo como entendemos o outro como membro

9 - Feitos sob medida (SCHUTZ, 1979).

10 - Normalidade aí está colocada como uma congruência em relação ao comportamento de outros.

do grupo. Finalmente, o terceiro nível de análise da intersubjetividade diz respeito à compreensão dos motivos da ação de outrem [...]. Aqui o problema passa fundamentalmente por saber o modo como o sujeito conhece os motivos do outro para agir de modo que age. Obviamente que tais motivos exigem a compreensão prévia da concepção relativamente natural do mundo, composta de tipificações comuns, graças às quais eu entendo as minhas ações e acredito entender as de outros (CORREIA, 2005, p. 60-61).

Os indivíduos do grupo externo não veem o costume do grupo interno como verdades dadas: "os seus processos de racionalização e institucionalização são diferentes" (SCHUTZ, 1979, p. 85). É indispensável compreender que a autointerpretação pelo grupo interno e a interpretação pelo grupo interno da concepção natural do mundo dos grupos externos estão ligadas, criando um efeito espelhado¹¹.

Para o estranho, o padrão cultural de seu grupo de origem continua a ser o resultado de um desenvolvimento histórico não-interrompido e um elemento de sua biografia pessoal, que por esse mesmo motivo tem sido ainda o código não-questionado de referência relativo à sua "concepção natural do mundo". É óbvio, portanto, que o estranho começa a interpretar seu novo ambiente social em termos do seu pensamento usual. Segundo o código de referências trazido de seu grupo de origem, entretanto, ele tem uma idéia ready-made do padrão supostamente válido dentro do grupo do qual se aproxima, uma idéia que, necessariamente, logo se prova inadequada (SCHUTZ, 1979, p. 88).

Em seguida, no entanto, ambientando-se com o novo grupo, o padrão cultural antes estranho passa a fazer parte de sua vida ganhando um caráter de normalidade.

Podemos dizer que o membro do grupo interno "bate o olho" nas situações sociais que lhe ocorrem normalmente e imediatamente capta a receita ready-made apropriada para a sua solução. Nessas situações, a sua ação traz todas as marcas do hábito, do automatismo e da semi-consciência. Isso é possível porque o padrão cultural provê, com suas receitas, soluções típicas para problemas típicos de atores típicos. Em outras palavras, a *chance* de obter o resultado desejado estandardizado, através da aplicação de uma receita estandardizada, é objetiva, isto é, está aberta a qualquer um que se comporte como o tipo anônimo que a receita requer (SCHUTZ, 1979, p. 91, grifo do autor).

11 - Isso acontece quando um indivíduo enxerga um estrangeiro (fora daquela comunidade) como se fosse da sua cultura, só que de maneira inversa.

As experiências cotidianas vividas e transmitidas pelos e para os indivíduos constituem o que a fenomenologia chama de acervo de conhecimento¹².

[...] em face de cada nova situação, o ator agirá do mesmo modo partindo do princípio de que as coisas se apresentarão idênticas àquelas que se apresentaram da última vez. Esta tipicidade, graças à qual se espera que o "que assim foi assim será", integra a concepção relativamente natural e permite aos atores acreditarem na permanência do mundo da vida, e na sua estabilidade face à erosão provocada pelo tempo: a garantia, em suma, de que algo permanece mesmo quando tudo vai mudando. Prevalece a certeza de que o mundo da vida é um pressuposto que existe antes de mim e vai continuar depois de eu desaparecer. (CORREIA, 2005, p. 94).

A problemática principal do enquadramento que a mídia proporciona da realidade é sua variação de relevância conforme um determinado grupo ou indivíduo. A sistemática de relevâncias e enquadramento exerce importantes funções: motiva os fatos e acontecimentos que têm de ser abordados como substanciais; modifica as percepções sociais; funciona como um plano de interpretação e de orientação para cada indivíduo, auxiliando a compor um universo de alocação comum; aperfeiçoa as possibilidades de estabelecimento de uma coerência entre o plano tipificado utilizado pelo indivíduo como plano de orientação e o plano tipificado utilizado pela mídia como plano de interpretação etc.

Segue o mapa mental que sintetiza os conceitos teorizados por Alfred Schutz:

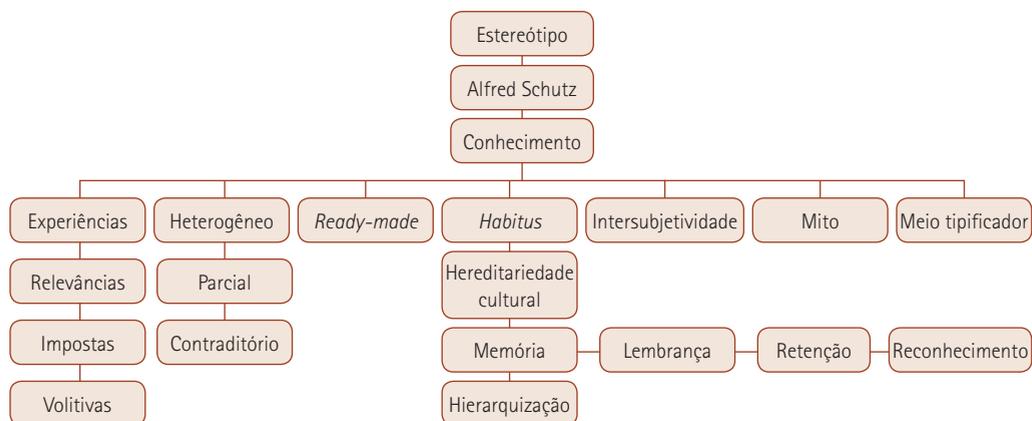


Figura 3 Mapa mental: a lógica fenomenológica em Alfred Schutz.

Fonte: Elaborada pela autora.

12 - O acervo de conhecimento é a união de saberes, informações e operações cotidianas de que o indivíduo possui para integrar com o mundo, interpretá-lo e habituar-se a ele (SCHUTZ, 1979).

GUSTAVE LE BON: CRENÇAS E OPINIÕES COMO GERADORAS DE CONHECIMENTO – CONCEITOS CONTRIBUTIVOS À FENOMENOLOGIA

Para Gustave Le Bon, o estereótipo, que serve para o indivíduo e a mídia enquadrarem a realidade, tem origem inconsciente e é alheio à razão. Quando é verificada pela observação e pela experiência, torna-se um conhecimento.

Conforme a teoria associacionista seguida por Le Bon, as ideias¹³ podem se associar de acordo com dois processos diferentes: por semelhança – analógicas – ou associações por contiguidade – não analógicas.

Quando a inteligência consegue exercer uma influência inibidora na paixão, esta última, pode-se dizer, não era forte. A inteligência só influi numa paixão quando a representação mental de um sentimento é oposta a outro. A luta existe então, não entre representações intelectuais e representações afetivas, mas unicamente entre representações afetivas posta em presença pela inteligência (LE BON, 2002, p. 69).

Para o autor, o desejo é o sentimento motriz da paixão e do conhecimento, transformando diretamente nossas opiniões e crenças.

Os fatores internos das opiniões e das crenças são: o caráter; o ideal (síntese das suas aspirações); a necessidade (um dos grandes elementos geradores das nossas opiniões); o interesse e as paixões. Seguidos dos fatores externos: a sugestão (o poder de persuasão exercido); as primeiras impressões (estereótipos); a necessidade de explicações (que contribui para a determinação da gênese de opiniões); os vocabulários, as fórmulas e as imagens; as ilusões e a necessidade. Além das formações de opiniões sob influências coletivas: meio (coletividade, herança cultural), costume (*habitus*), grupos sociais, nacionalidade, regionalidade, etc. (ESPINDOLA, 2010, p. 35).

Para Le Bon (2002), as lógicas aplicáveis e regentes às opiniões e às crenças são: lógica biológica (instintos), lógica afetiva (paixão), lógica coletiva (*habitus*), lógica mística (de contradições, irracionais e de paixão) e lógica racional (cognitiva: vontade – atenção – reflexão).

A crença é mental, intolerante e imbuída de paroxismo. E este paroxismo, é o clímax da intensidade da crença. “As influências irracionais, que provocam os movimentos de

13 - As nossas representações mentais podem ser de ordem afetiva (inconscientes) ou de ordem intelectual (*habitus* – o hábito é o grande regulador de sensibilidade) (LE BON, 2002).

opiniões, incessantemente mudam, conforme a luz variável que banha as coisas. Deve-se saber adivinhá-las, quando se as quer dominar e não esquecer que uma opinião qualquer universalmente aceita constituirá sempre, para a multidão, uma verdade" (LE BON, 2002, p. 254).

Segue o mapa elaborado por nós com a contextualização do pensamento do autor.

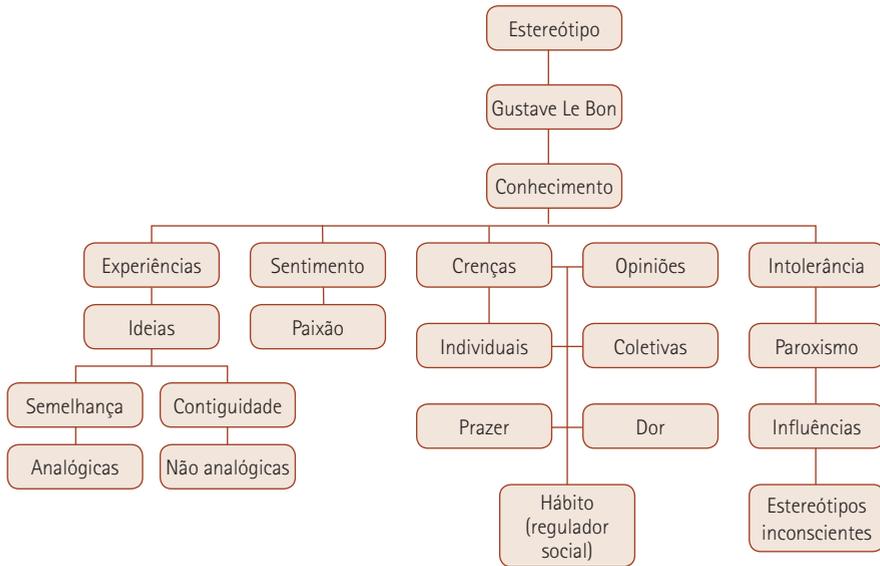
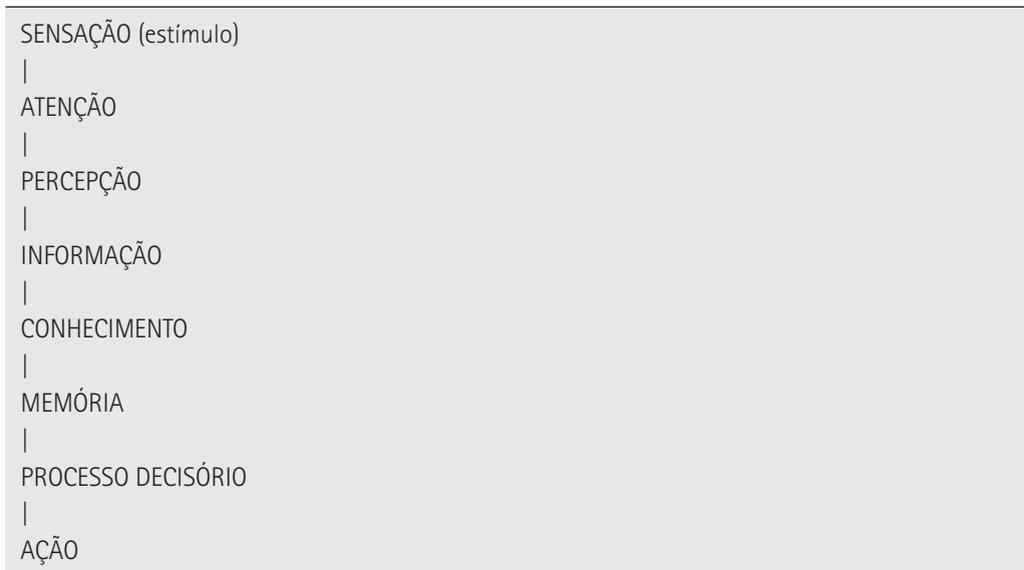


Figura 4 Mapa mental: contribuições à fenomenologia por Gustave Le Bon.

Fonte: Elaborada pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para visualizar a construção da realidade pelo indivíduo e sua leitura dela por meio da mídia, apresentamos um quadro de como funciona a decodificação das informações do autor Roberto Porto Simões (2006), onde temos o estímulo, obtido por meio das sensações; em seguida, detemos atenção em cima do objeto que nos sensibilizou, gerando uma percepção. Esta é orientada pela experiência antes vivenciada por meio da cultura. A informação é então interpretada motivando o conhecimento. E esse conhecimento, acredita-se, conforme todos os autores já citados neste artigo, está sempre em construção e advém também da memória (e para ela volta), culminando no processo decisório da ação.

Quadro 1 Processo cognitivo

Fonte: Simões (2006).

Cada indivíduo atua e pensa em razão de sua própria relação de valores culturais e ideológicos, e que pode ser mais ou menos maleável, mas o enquadramento sempre existe, e é ele que determina a forma como o indivíduo faz a leitura por meio da mídia, por exemplo, da realidade. "Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados, e dos hábitos de nossos olhos. Na maior parte dos casos, nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos" (LIPPMANN, 2008, p. 66).

O processo de interpretação da comunicação recebida em hipótese alguma pode ser considerado um simples processo de assimilação do significado das palavras [...]. O processo de decodificação ou interpretação da comunicação é sempre um meio de decifrar o sentido *geral*, implícito na comunicação recebida ou, em outras palavras, um complexo processo de discriminação dos elementos mais importantes do enunciado, a transformação de um sistema desenvolvido de comunicação no pensamento nela latente (LURIA, 1979b, p. 76, grifo do autor).

Uma das origens do enquadramento da mídia que corrobora a interpretação da realidade ocorre quando o indivíduo é confrontado com situações atípicas e/ou ambíguas no cotidiano, o que permite que nos orientemos no mundo.

O caráter seletivo da atividade consciente, que é função da atenção, manifesta-se igualmente na nossa percepção, nos processos motores e no pensamento. Se não houvesse

essa seletividade, a quantidade de informação não selecionada seria tão desorganizada e grande que nenhuma atividade se tornaria possível. Se não houvesse inibição de todas as associações que afloram descontroladamente, seria inacessível o pensamento organizado, voltado para a solução dos problemas colocados diante do homem (LURIA, 1979b, p. 1-2).

O procedimento de decodificação da comunicação que nos chega é distinto, dependendo da forma como é produzida a comunicação e dos modos por meio dos quais se comunica a informação, bem como do conteúdo da comunicação e do grau de conhecimento nela inseridos: “Para compreender a fala de outrem não basta entender suas palavras – temos de compreender o seu pensamento. Variações no contexto implicam variações no sentido. Mas nem mesmo isto é suficiente – também é preciso que conheçamos a sua motivação” (ESPINDOLA, 2010, p. 41).

Para entender os modos de funcionamento dos enquadramentos sociais pelos indivíduos quando eles obtêm pela mídia dada notícia, como as ligadas ao terrorismo, é necessário levar em consideração algumas premissas: os estereótipos ou enquadramentos são socialmente compartilhados, e geralmente utilizados para explicar as diferenças reais ou imaginárias entre grupos; surgem como um meio de explicar e justificar as diferenças; é um julgamento de características atribuídas a um objeto; são dificilmente mutáveis, pois estão arraigados na cultura e na personalidade; apresentam-se de maneira superlativa etc.

Após mapearmos o cenário da fenomenologia, fazendo um resgate histórico de sua formação, apresentamos neste artigo uma tabela que explicita, numa tentativa de sintetizar, mediante palavras-chave, diversas facetas da tipificação, suas causas, consequências e perfis que contribuem para a forma como o indivíduo percebe a realidade exposta pela mídia.

Quadro 2 Comunicação e estereótipo sob a ótica da fenomenologia

O que é:
Analogia, categorização, crença, generalização, hierarquização, impressão rígida, julgamento, juízo de valor, prejuízo, projeção, rotulação, simplificação, tipificação.
Como se forma:
Ambiguidade, analogia, assimilação, autoexplicação, categorização, causa e efeito, cognição, costume, contiguidade, conclusão, crença, decodificação, estandardização, estranheza, estratificação, experiência, generalização, <i>habitus</i> , herança (cultural e genética), hierarquização, hipótese, ideia, imaginação, impressão, incerteza, incompreensão, incongruência, instabilidade, instinto, interpretação, intolerância, julgamento, memória, mito, motivação, observação, paixão, pensamento, percepção, pertença, polissemia, proposição, raciocínio, recordação, reflexão, relevância, replicação, seleção, semelhança, sensação, simplificação, simulação, sinestesia, subjetividade, tipificação, vontade.

(continua)

Quadro 2 Comunicação e estereótipo sob a ótica da fenomenologia (*conclusão*)

O que gera:
Automatização, autovalorização, caracterização, confirmação, contradição, distanciamento, discriminação, distorção, extremismo, gueto (voluntário ou involuntário), hostilidade, ignorância, intolerância, isolamento, justificação, limitação, opressão, preconceito, previsão, racismo, segregação, supra ou supervalorização, tendência, ubiquidade, uniformização, universalização, valoração, xenofobia.
Formas de coabitação:
Adaptação, assimilação, conhecimento, compreensão, experiência, fusão, interação, interpretação, modificação/transformação da concepção, pluralismo, vontade de alterar ideias.

Fonte: Elaborado pelos autores.

The phenomenology of Alfred Schutz: an historical contribution

Abstract – This article reflects how the phenomenology contributes to reflections on the construction of everyday life and how the media, mass and post-mass, and the subject fit in this context. To this, we discuss the generation of knowledge from the perspective of authors pre-phenomenological, phenomenological and inspired in phenomenology. Authors the areas of sociology, communication, anthropology, psychology and related fields to theoretical.

Keywords: phenomenology, knowledge, Alfred Schutz, world life, communication.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, J. C. *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- ESPINDOLA, P. M. *Estereótipos na comunicação intercultural: o caso do intercâmbio cultural na PUCRS*. Porto Alegre: PUCRS, 2010.
- HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.
- LE BON, G. *As opiniões e as crenças*. São Paulo: Ícone, 2002.
- LIPPMANN, W. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- LURIA, A. R. *Curso de psicologia geral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979a. v. 2.
- LURIA, A. R. *Curso de psicologia geral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b. v. 3.
- LURIA, A. R. *Curso de psicologia geral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979c. v. 4.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMÕES, R. P. *Informação, inteligência e utopia: contribuições à teoria de relações públicas*. São Paulo: Summus, 2006.